

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 119.375 - SP  
(2019/0311460-6)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

**RECORRENTE : F A G (PRESO)**

**ADVOGADO : GLAUGO PISCITELLI - SP094103**

**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**EMENTA**

RECURSO EM HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. *PERICULUM LIBERTATIS*. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. SUBSTITUIÇÃO POR MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. ABSOLVIÇÃO. DILAÇÃO PROBATÓRIA. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A prisão preventiva possui natureza excepcional, sempre sujeita a reavaliação, de modo que a decisão judicial que a impõe ou a mantém, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito – o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas –, deve ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a cautela, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

2. As instâncias ordinárias foram firmes ao asseverar que os elementos até então obtidos evidenciavam a suposta prática de abusos sexuais pelo ora recorrente contra a vítima menor de 14 anos. Daí ressaí a impossibilidade de se examinar a alegação defensiva de ausência de indícios suficientes de autoria, por demandar ampla dilação probatória, incompatível com a via estreita do habeas corpus.

3 O *decisum* prolatado ressaltou a gravidade concreta da conduta perpetrada e o fundado risco de reiteração delitiva, diante do *modus operandi* empregado pelo agressor, que, por diversas vezes abusou sexualmente da sua enteada. Além disso, segundo o decreto preventivo "o custodiado tenta obstruir a ação da justiça, por meio de indícios de coação psicológica contra vítima menor e vulnerável". Esses elementos são idôneos, de acordo com jurisprudência desta Corte Superior, para justificar a custódia preventiva do réu.

4. Indicada a reiteração do cometimento de crimes sexuais pelo

insurgente, notadamente em razão do *modus operandi* da conduta ilícita, não apenas a vítima mas também outras pessoas correm risco. Logo, a adoção de medidas cautelares diversas não se prestaria a evitar a prática de novas infrações penais (art. 282, I, do Código de Processo Penal).

5. Recurso não provido.

### **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma, por unanimidade, negar provimento ao recurso ordinário, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz e Sebastião Reis Júnior votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 26 de novembro de 2019

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**